



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**29/01/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRESIDENTE.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	2
2.2. PARCERIAS.....	3 - 4
2.3. PRESIDENTE.....	5 - 6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	7 - 8
3.2. INFORMATIVO.....	9 - 11
3.3. INSTITUCIONAL.....	12 - 15
3.4. JULGAMENTOS.....	16
3.5. PRESIDENTE.....	17
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DESEMBARGADORES.....	18
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CARTÓRIOS.....	19 - 24
5.2. JULGAMENTOS.....	25
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AVISO.....	26
6.2. COMARCAS.....	27 - 29
6.3. INSTITUCIONAL.....	30
6.4. JULGAMENTOS.....	31
6.5. PRESIDENTE.....	32 - 33
6.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	34 - 35
7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
7.1. INSTITUCIONAL.....	36 - 37
7.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	38

# PPP do Judiciário é bem recebida por Colégio de Presidentes de TJ

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil recebeu com simpatia, nesta sexta-feira, em Teresina (PI), o projeto de Parceria Público-Privada para o Judiciário nacional proposto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, na abertura do segundo dia e último dia do 90º Encontro da entidade.

“Sou totalmente favorável à PPP, e a vejo como única saída para o Tribunal de Justiça de São Paulo quitar ébitos”, disse o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, que na próxima semana apresenta novo pedido de apreciação da matéria ao CNJ. Presidente do colégio, o desembargador Marcus Faver (TJRJ) também se mostrou entusiasta com o projeto, que abre possibilidade de captação de recursos externos para financiamento de obras e serviços.

Ivan Sartori voltou ao tema Parceria Público-

Foto/Divulgação



► Guerreiro Júnior fala sobre PPP e projetos de gestão no Colégio de Presidentes de TJ

Privado no colégio de presidentes, à tarde, quando traçou diagnóstico financeiro e administrativo do TJSP, cuja presidência assumiu em dezembro. “Não conseguimos acompanhar de perto nenhuma das demandas que nos chegam”, admitiu, relacionando a PPP como o melhor caminho para o Judiciário. O tribunal paulista reúne cenário preocupante: fóruns deteriorados, urgência de novos serviços e dívidas de R\$ 3 bilhões em precató-

rios (direitos adquiridos) de juízes e servidores.

Guerreiro Júnior agradeceu a boa acolhida da PPP no Colégio de Presidentes de TJ, fez referência novo perfil econômico do Maranhão - “somos alvos do interesse de grandes investidores internacionais, em vários segmentos de negócios” - e informou sobre projetos macros da sua gestão - a exemplo da virtualização de projetos e construção do novo prédio do TJMA.

“O apoio do colégio traz novo alento para a PPP do Judiciário”, comentou o presidente. Antes do pronunciamento, ele distribuiu memorial sobre a PP aos presidentes de TJ.

Ao contrário do primeiro dia do encontro - quando a crise e a autonomia dominaram os pronunciamentos -, a pauta do segundo dia revelou gestores de tribunais de justiça preocupados em acertar discurso e prática administrativa.

A ampla discussão das questões orçamentárias dos tribunais, e uma segunda rodada de debates sobre a PP, serão retomadas no próximo encontro do colégio de presidentes (dias 29 e 30 de março, em Manaus). A pedido dos presidentes, o colégio pretende reativar suas comissões de apoio técnico. No final da reunião, eles divulgaram a Carta de Teresina, reafirmando as prerrogativas do STF como guardião dos princípios constitucionais e do regime democrático.

ESPECIAL - O nosso Tributo vai neste domingo ao Des. Cleones Cunha, nascido em 10 de fevereiro de 1958, na cidade de Tuntum, neste Estado, graduou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, em 1981.

Foi professor do Colégio Santa Teresa, nesta capital, sub - diretor -geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Maranhão, chefe de gabinete da Presidência deste órgão e diretor da Corregedoria Geral da Justiça.

Aprovado em primeiro lugar em concurso do Ministério Público Estadual, foi promotor de Justiça da Comarca de Pindaré-Mirim, entre os anos de 1983 e 1984. Igualmente, logrou os primeiros lugares nos concursos para professor da Universidade Federal do Maranhão, em 1985 e, no ano seguinte, para o cargo de juiz de Direito. Na magistratura, exerceu suas funções judicantes nas Comarcas de Vitorino Freire, São Bento, Coroatá e São Luis. Já na capital, foi assessor da Presidência e membro do TRE.

Naquela Corte Eleitoral, foi Corregedor Regional Eleitoral, no período de 1993 a 1997. Em 1998, assumiu as nobres funções de juiz corregedor da Corregedoria Geral da Justiça e, nesse ano, foi promovido por merecimento para o cargo de desembargador. É membro da Sociedade Brasileira de Canonistas e exerceu, no Tribunal de Justiça, a função de Supervisor-Geral dos Juzados Especiais. Em fevereiro de 2005 assumiu a direção da Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

## Corregedoria é parceira do Comitê Gestor para a Erradicação do Subregistro

PÁGINA 3

---



## *Corregedoria é parceira do Comitê Gestor Para a Erradicação do subregistro*

O governo federal está lançando, neste mês de janeiro, a Campanha Nacional do Registro Civil, com ampla divulgação na mídia. No Maranhão, os parceiros da campanha são, entre outros, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Cidadania, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria Geral da Justiça. O objetivo é, no decorrer de 2012, realizar mutirões, esclarecer a população e dar condições para que todos possam ter acesso ao registro civil. Uma das ações previstas são as unidades interligadas em maternidades.

Os entes participantes do Comitê Estadual Para a Erradicação do Subregistro atuarão em regime de colaboração e articulação com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, bem como com as Serventias Extrajudiciais de registro civil de pessoas naturais, as organizações dos movimentos sociais, os organismos internacionais, a iniciativa privada, a comunidade e as famílias, buscando potencializar os esforços no intuito de erradicar o sub-registro no Estado e ampliar o acesso à documentação civil básica.

De acordo com entendi-

mento do IBGE, a situação de subregistro é caracterizada pelo número de crianças de até um ano de idade não-registradas. Já a falta de registro envolve as demais pessoas. Entre os órgãos que estarão juntos na missão de auxiliar o governo federal estão, além do Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e os Poderes Legislativos Estadual e Municipal, com vistas ao efetivo cumprimento das ações previstas no Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.

### **Para entender o subregistro no Maranhão**

Entre os anos de 2000 e 2007, diversas campanhas foram realizadas pelo Judiciário. Este trabalho foi intensificado a partir de 2009, que foi escolhido como o Ano de Erradicação do Subregistro. Ainda assim, o Estado luta para diminuir os índices de pessoas sem o registro civil. O Tribunal de Justiça do Maranhão, inclusive, desenvolveu um programa de registros civis, denominado REGESTA e que foi apresentado ao auditório do Conselho Nacional de Justiça.

## ENTREVISTA

# CORREGEDOR DO TRE DIZ QUE ELEITOR DEVE VOTAR CONTRA OS FICHAS SUJAS

**D**urante entrevista concedida a este blogueiro e ao jornalista Nonato Reis, no programa Notícias da Capital, na Rádio Capital AM, no final da tarde da última sexta-feira, o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, vice-presidente e que também exerce as funções de corregedor e ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), disse, que cabe também ao eleitor definir, na hora do voto, quem são os fichas sujas, não elegendo candidatos suspeitos de ações ilegais.

PÁGINA 3





# Corregedor do TRE diz que eleitor deve definir quem são os ficha sujas

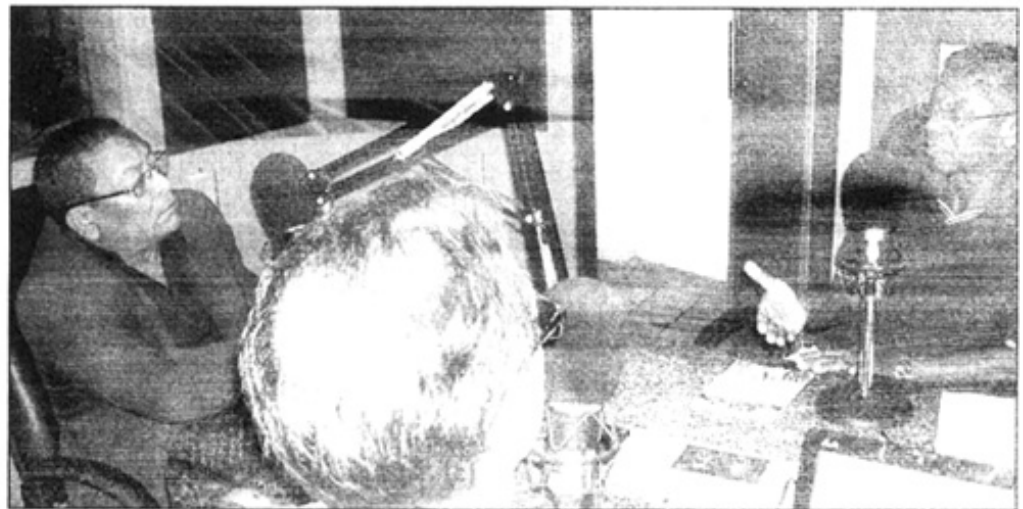
Por Djalma Rodrigues

Durante entrevista concedida aos jornalistas Djalma Rodrigues e Nonato Reis, na Rádio Capital AM, no final da tarde da última sexta-feira, o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, vice-presidente e que também exerce as funções de corregedor e ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), disse, que cabe também ao eleitor definir, na hora do voto, quem são os ficha sujas, não elegendo candidatos suspeitos de ações ilegais.

"Nas eleições municipais torna-se mais fácil a identificação de candidatos de conduta ilibada e dos que não são exemplo de comportamento, porque nesse tipo de pleito, o eleitor é bem mais próximo dos postulantes", afirmou o desembargador, ao ser questionado sobre a Lei do Ficha Limpa. Também foi indagado e respondeu sobre os mais variados questionamentos envolvendo a Justiça Comum e a Justiça Eleitoral.

Sobre as instruções já baixadas pelo TSE para as eleições de 7 de outubro deste ano, o magistrado destacou que um dos itens mais importantes diz respeito ao calendário, lembrando ser, em 9 de maio, o último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou a transferência de domicílio.

O corregedor eleitoral também lembrou que já vigora, desde o dia primeiro de



O desembargador Bernardo Rodrigues, no estúdio da Rádio Capital

janeiro, a norma pela qual pesquisas eleitorais só poderão ser realizadas e divulgadas mediante autorização da Justiça Eleitoral. O desembargador teve uma grande interatividade com os ouvintes e afirmou que o pleito se dá em função do eleitor, que é o ator principal no palco eleitoral, devendo sempre prevalecer a vontade dele.

**COLEGIADO** - Ele também explicou sobre o Tribunal Eleitoral, enfatizando como é feita a sua composição: "São dois desembargadores e dois juizes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, dois advogados indicados em lista da OAB, cujos nomes são referendados pela presidência da República e um juiz federal. Portanto, é um grupo eclético na forma de pensamento e de ação. Todas as decisões da Justiça Eleitoral são tomadas por esse cole-

giado e, por isso, acontecem as divergências, o que é extremamente democrático", salientou o desembargador.

Questionado sobre a polêmica em torno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão criado para controle do Judiciário e que alguns membros do Supremo Tribunal querem podar algumas prerrogativas, o corregedor do TRE foi bastante enfático:

"Olha, o CNJ foi criado por conta da omissão das corregedorias regionais. Ações contra magistrados na maioria das vezes eram engavetadas, por conta do corporativismo. O CNJ está sendo extremamente necessário e sua existência foi um função dessa apatia das corregedorias. Sugiro inclusive, que corregedores sejam levados ao CNJ, caso não cumpram com as suas prerrogativas, de investigar e decidirem sobre falhas morais

de magistrados", salientou.

Bernardo Rodrigues respondeu ainda sobre a crise no Judiciário brasileiro, acrescentando que isso é uma realidade. "Muitas denúncias estão vindo à tona e a imprensa está cumprindo o seu papel. Tenho esperança de que isso seja passageiro, porque muita gente não está acompanhando os ventos das mudanças. Isso requer transparência, impessoalidade e competência", disse.

Lembrou, ainda que a crise o problema é tão gritante que a abertura do 90º Encontro de Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, ocorrida na última quinta-feira, em Teresina, com a participação do presidente do TJ do Maranhão, desembargador Guerreiro Júnior, teve como tema principal exatamente a crise no Judiciário Brasileiro.



# O otimismo de Mantega

---

**JOSÉ AFONSO BEZERRA DE LIMA**

---

**A elevação** do Brasil à categoria de sexta economia mundial, baseada em dados do PIB, deixou a equipe econômica satisfeita e ousada ao prever que o Brasil poderá ter padrão de vida europeu em menos de 20 anos. Economistas consideram a previsão irreal, diante dos grandes desafios que o nosso país enfrenta, dentre eles a renda per capita brasileira, que ocupa 77º lugar no ranking mundial e de onde se conclui que nosso padrão é significativamente inferior ao dos países europeus, como exemplo, a Inglaterra cuja renda per capita é bem acima do Brasil. A situação se agrava quando se observa o IDH que no Brasil ocupa a 84ª posição, além da ausência de educação de qualidade, que compromete sensivelmente a sustentabilidade da economia, isto sem contar os altos índices de mortes violentas que estão em ascensão, notadamente nas regiões Norte e Nordeste do país, em especial na nossa Capital que foi incluída no ranking de uma das mais violentas do país, segundo dados da ONU, o que nos deixa bastante preocupados.

Mas vamos lá. O otimismo de Mantega está no sangue do nosso povo que em tudo vê motivo para comemoração, seja lá o que for. Não é a toa que a maior democracia que dispomos é a corintiana, e a nossa imprensa, conhecendo muito bem essa nossa virtude, tende a colocar todos de pé: se der certo tudo bem, senão, valeu a intenção. Assim acontece em todos os setores, principalmente no esporte, dentre os mais populares, o futebol, que a cada Copa do Mundo nos enche de alegria e esperança, e logo volta com a cara de madalena arrependida, como ocorreu no último Campeonato Mundial quando o Brasil, que estava no auge com Kaká e cia., sucumbiu diante da laranja mecânica. Não foi diferente a decepção quando o Santos de Neymar, que vinha de uma campanha espetacular, foi derrotado fragorosa-

mente por 4 tentos a zero pelo Barcelona de Lionel Messi, na disputa pelo Mundial de Clubes.

Por essas e outras, é que o Brasil deve ter mais cautela com essa inclusão obtida em momento de grande crise européia, pois, diante da rápida recuperação destes países, pode o Brasil está comemorando antes do tempo, e deve por isto cair na real. É necessário lutar muito implementando políticas públicas de sustentabilidade, melhorando os índices de desigualdades presentes em todas as regiões do nosso país, principalmente, como já afirmei linhas atrás, no Norte e Nordeste. Além do que, 45% dos domicílios continuam fora da rede de esgoto e um terço da população não tem banheiro, o que causa uma onda descontrolada de epidemias, como é o caso da dengue.

E para mostrar que realmente nossa imprensa é arraigada e afoita, lembro do Luciano do Vale, o então todo poderoso da emissora Band, na área de esportes, que encheu a bola de Adilson Rodrigues, o "Maguila", a nossa única esperança nos ringues. Deram um jeitinho brasileiro, e botaram frente a frente, "Maguila" versus "Evander Holyfield", mais precisamente no dia 15 de julho do ano de 1989, e logo no segundo round, nosso pugilista Maguila foi nocauteado na cabeça com uma direita que o levou direto para o balão de oxigênio ficando desacordado um bom tempo, o que arquivou de vez sua carreira, restando-lhe atualmente somente uma doença degenerativa, Mal de Alzheimer. Espero que o nosso Brasil não venha a ser nocauteado pelo Reino Unido, berço da revolução industrial, e não seja acometido de uma doença degenerativa, levando com isso a esperança do nosso povo.

.....  
Juiz de Direito  
E-mail: joseafonsobl@hotmail.com



# Os juízes precisam reagir

**TYRONE JOSÉ SILVA**

**Está** em curso uma verdadeira campanha de enfraquecimento da magistratura brasileira. Tem sido freqüente a veiculação pela imprensa de todo tipo de opinião que tenha por finalidade por fim a prerrogativas e garantias constitucionais, fundamentais ao exercício pleno e independente do juiz. Vale-se de um ou outro caso isolado de desvio de conduta para deixar no ar suspeita de contaminação em toda uma classe. Chegou-se ao absurdo, como ocorreu recentemente, de um funcionário do Governo, de escalão intermediário, titular de uma certa Secretaria de Reforma do Judiciário, sugerir que fossem retiradas dos juízes as garantias da vitaliciedade.

Esquece-se de pontuar esse ou aquele desvio que ocorrem com integrante de qualquer seguimento, para jogar suspeita sobre uma classe, que sempre teve por tradição e princípio zelar, entre outros valores morais, pela dignidade e honradez do cargo que ocupa. Diante de uma imensa maioria demais de 15 mil magistrados dos mais dignos e honrados, com dedicação sacerdotal ao exercício de suas funções, destaca-se um ou outro caso reprovável para servir de argumento às críticas e censuras às prerrogativas do judiciário.

Já quando das propostas para a instituição de um órgão com poderes de fiscalização e punição a magistrados, sob os auspícios preponderantes da Ordem dos Advogados do Brasil, os motivos foram os mais diversificados para justificar o papel de uma instância com essas funções, inclusive com a falsa afirmativa de que o Judiciário era o único Poder que não sofria qualquer fiscalização, como se os instrumentos de fiscalização dos outros poderes não se estendessem também ao Judiciário.

Criado o Conselho Nacional de Justiça, passou esse órgão a ser visto como o apanágio de todas as dificuldades que o Judiciário brasileiro sempre enfrentou. Acontece, contudo, que decidiu-se jogar a responsabilidade sobre os ombros dos juízes. Deixou-se de lado a falta de es-

trutura da maioria das Comarcas, a complexidade e a burocracia processual, a deficiência de juízes e de servidores e os anacrônicos métodos de trabalho, para visar-se o juiz. Isso além de não se falar dos outros operadores do direito que atuam no Judiciário, também com responsabilidade por uma justiça mais célere e mais operosa, como todos nós queremos.

A cobrança concentrou-se assim no juiz. Passou-se à opinião pública a idéia de que a culpa pela ineficiência do Judiciário era do juiz. Há situações em que despreza-se a discussão técnica da lide por via dos recursos próprios, para substituí-la por representações aos órgãos de acompanhamento administrativo, com vista a ver punido o juiz que cuja decisão porventura

## **A cobrança concentrou-se assim no juiz. Passou-se à opinião pública a idéia de que a culpa pela ineficiência do Judiciário era do juiz**

frustre a tese defendida pela parte vencida.

O certo é que, à guisa desse descompasso entre a expectativa da sociedade e o que o Judiciário tem podido atender, todos estão se achando com o direito de conspirar a imagem do juiz brasileiro. Notadamente após as repercussões então dadas a uma declaração da Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, que se referia a bandidos escondidos em togas.

Não se pretende acobertar, e muito menos manter nas hostes do Judiciário o juiz cujo comportamento destoa do paradigma que a sociedade espera de um magistrado. Todavia não se pode amesquinhar e apequenar uma classe que desde os primórdios da humanidade se notabilizou pela isenção e pela integridade moral. Não

se pode confundir a opinião pública com essa inversão de valores. O Estado Democrático de Direito não sobrevive com uma justiça desacreditada e enfraquecida. Em um quadro desses, retorna-se ao anarquismo, ao autoritarismo; ao aniquilamento do mais fraco pelo mais forte. Assistir-se-á a derrocada das minorias diante maioria e dos mais pobres perante os mais ricos. Enfim, ao comprometimento da própria democracia. e das liberdades individuais.

Não se pode pensar que o Judiciário é um antro de bandidos ou que todos os juízes são suspeitos. Não se pode propalar que as prerrogativas e garantias constitucionais ao exercício da magistratura destinam-se à pessoa do juiz. Essas prerrogativas e garantias são para a sociedade, são para o cidadão comum. São para garantir a que cada um tenha seu direito e sua liberdade respeitados. São para dar a certeza que qualquer um poderá contar com um Judiciário sem medo, sem temor, sem amarras e sem comprometimento ou subordinação que não seja com relação à lei.

A propósito de defender posições com relação às competências do Conselho Nacional de Justiça, diante de matéria que nesse sentido tramita no Supremo Tribunal Federal, tem se visto nas manifestações e campanhas, pregações que terminam por transbordar desse simples apoio, para criar conceitos desabonadores ao modelo jurídico que regem os padrões funcionais dos magistrados, com o simples propósito de comprometer sua imagem perante a opinião pública.

A teor do que já vem fazendo a Associação de Magistrados Brasileiros, é necessário que nossas entidades associativas de âmbito estadual tomem também posições firmes e públicas em defesa da classe. Notadamente com respostas à altura àqueles que tentem comprometer essa imagem e o devido esclarecimento do relevante e fundamental papel dos juízes perante a sociedade.

.....  
Juiz de Direito

# Caxienses estão assustados com aumento da violência no município

Somente no fim da semana passada, a polícia deteve quatro pessoas e com elas apreendeu entorpecentes, dinheiro adquirido com a venda de drogas, além de eletrodomésticos e produtos de furtos, que são trocados por pedras de crack e maconha

**Anele de Paula**

Da equipe de **O Estado**

**CAXIAS** - A violência tem assustado a população caxiense, e os crimes estão ficando cada vez mais hediondos e frequentes. Somente no último fim de semana, a polícia prendeu quatro pessoas, uma delas por homicídio e as outras por estarem atirando em via pública. Com as pessoas presas, foram apreendidos drogas, dinheiro e produtos que podem ser oriundos de furtos ou trocados por pedras de crack e papalotes de maconha nas bocas de fumo.

Situação como esta já faz parte da rotina da cidade, e quem ainda não foi vítima de delito é parente ou conhece alguém que já foi. Pelo menos três audiências públicas, uma delas convocada pelo Poder Judiciário caxiense, foram realizadas para tentar encontrar uma solução para a alta da criminalidade, mas sem grandes resultados, pois embora a polícia tenha se esforçado, sente a falta de material humano e isso restringe a atuação nos pontos estratégicos já conhecidos, onde são maiores os registros de atos infracionais.

Quem mora próximo ao Parque da Cidade, por exemplo, local que antes era tranquilo por ser uma região central, hoje convive com o medo. As redondezas do parque foram ocupadas por moradias, mas o auxílio do poder público não chegou, pois faltam iluminação e segurança na área.

**Tráfico** - No parque, que só é lembrado em períodos festivos, pelo menos três pessoas foram assassinadas nos últimos meses, além de haver uma boca de fumo que foi estourada pela Polícia Militar (PM), mas voltou a funcionar assim que os traficantes foram postos em liberdade.

A população do bairro é apenas uma entre muitas que convivem com o medo da violência. "A gente vive com medo. Não saímos à noite nem podemos descuidar durante o dia. Se a gente denuncia, eles ameaçam fazer alguma coisa. A polícia sabe que precisamos de segurança no Parque da Cidade", disse uma moradora, que não quis se identificar.

Tanto a Polícia Militar quanto a Civil reconhecem que a violência é um problema de segurança pública. No município de Caxias, o contingente policial é pequeno

para cobrir toda a cidade. Dados da Polícia Militar revelam que apenas 49 homens fazem parte do 2º Batalhão de Polícia Militar de Caxias e são eles que estão diretamente ligados às rondas que precisam ser feitas diariamente e redobradas durante o fim de semana, que é quando o número de ocorrências aumenta.

**Estratégicos** - A desativação de dois pontos estratégicos para a segurança do município, que eram os postos instalados nos povoados Baú e Descanso, en-

tre Caxias e Coelho Neto, também pode ter contribuído para a ação dos bandidos, já que as duas comunidades funcionam como rota de fuga.

No caso da PM, especificamente, foi adotada como estratégia pelo comandante do 2º BPM, coronel Verissimo Porto, a instalação de trailers em alguns pontos da cidade considerados mais violentos, além de operação. Mesmo assim, os esforços não têm sido suficientes para inibir os marginais.

## Números

**60**

**casos** de homicídios foram registrados em Caxias em 2011 pelas polícias Militar e Civil, 10 a mais do que em 2010.

**5**

**casos** foram registrados só na primeira semana deste ano. Um desses crimes ocorreu após uma tentativa de roubo em uma estrada de acesso à zona rural de Caxias.



Fotos/Anele de Paula



Trailer da Polícia Militar que atende a população do centro de Caxias; faltam policiais para que serviço alcance o sucesso desejado

## Droga é a responsável pela violência

Segundo a Polícia Civil de Caxias, o tráfico de drogas é apontado como responsável pelo aumento da criminalidade no município. Uma das medidas adotadas é combater as bocas de fumo (lo-

cais de venda) e prender os traficantes. Segundo informações do delegado regional Celso Alvares Rocha, muitos furtos são motivados para a compra da droga.

Uma pesquisa divulgada semana passada na Revista Veja afirma que o crack é consumido em 91% das cidades brasileiras. Entre essas cidades, Caxias também faz parte da rota do tráfico de drogas. Segundo os dados coletados pelo Conselho Nacional de Municípios, dos 217 existentes no Maranhão, 156

foram pesquisados, dos quais 134 têm incidência da droga.

Dividida em quatro classificações quanto aos níveis de consumo da droga (alto, médio, baixo e sem resposta), a pesquisa mostra que Caxias está enquadrada entre as 37 cidades com nível de consumo alto de crack no estado. O levantamento feito pela Revista Veja, mostra que a droga tem como ponto de partida a Cracolândia, em São Paulo e percorre milhares de quilômetros Brasil, destruindo jovens e

aterrorizando famílias.

Entre as drogas mais consumidas está o crack, que é preparado a partir da extração de uma substância alcaloide chamada benzoilmetilecgonina, retirada das folhas da planta *Erythroxylon coca*, dando origem a uma pasta: o sulfato de cocaína. Chamada popularmente de crack, a droga é fumada em cachimbos.

# Bairro inaugurado há pouco tempo já vive sob ameaça de marginais

## Muitas casas do Residencial Eugênio Coutinho foram invadidas e roubadas

**CAXIAS** - No Residencial Eugênio Coutinho, com 2 mil imóveis construídos pelo Projeto Minha Casa, Minha Vida, os moradores vivem com medo da violência. Diversas casas, ocupadas ou não, já foram arrombadas, e as pessoas tiveram objetos roubados. Como o núcleo residencial fica afastado

da cidade, os moradores estão isolados e muitos passam o dia fora de casa, trabalhando, o que facilita a ação dos criminosos.

Outro fator é a fragilidade das portas instaladas no conjunto, muito fáceis de serem empurradas e abertas sem a necessidade da chave. Alguns proprietários já se previnem colocando grades nos portões e janelas.

Quem já foi vítima dos assaltos prefere não comentar o assunto, pois a suspeita é de que os ladrões estejam vindo de bairros vizinhos. Para agravar ainda mais a situação,

algumas casas ainda permanecem fechadas. Desses locais, eles levam piaas, torneiras, lâmpadas e até mesmo a fiação elétrica. Para tentar proteger o patrimônio dos moradores, a Polícia Militar informou que reforçará as rondas no local.

**Combate** - A polícia recomenda que para se proteger de assaltos as pessoas devem evitar sair com correntinhas, relógios, medalhas, braceletes e outras jóias; não carreguem objetos de valor, grandes quantias em dinheiro ou cartões de crédito; evitem ruas ou praças

mal iluminadas; antes de sair de casa, separar o dinheiro necessário para pequenas despesas; se tiver a impressão que está sendo seguida, atravessem a rua ou entre em algum local movimentado para procurar ajuda; sempre procurar andar no centro da calçada e contra o sentido do trânsito, pois é mais fácil perceber a aproximação de algum veículo suspeito; não parem para falar com estranhos. Em assaltos, o ladrão sempre aborda a pessoa pela frente, pede uma informação qualquer e então empunha a arma.



Casa do Residencial Eugênio Coutinho, em Caxias, é alvo de marginais



## Magistratura terá concurso, diz Guerreiro Jr.

Em entrevista a **O Estado**, o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior (foto), abordou as dificuldades para reestruturar o Judiciário maranhense e anunciou a realização de concurso para juízes. **Política 3**





**Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça**

## “Faremos um concurso para a magistratura”, afirma Guerreiro Júnior

**Carla Lima**  
Da editoria de Política

**D**epois de passar dois anos como corregedor-geral de Justiça, o desembargador Antonio Guerreiro Júnior foi aclamado presidente do Tribunal de Justiça. Assumiu a função ainda em dezembro de 2011 com o compromisso de iniciar as obras da nova sede do Judiciário em São Luís e a sede do Fórum de Imperatriz e dar continuidade a reformas e construções de fóruns em todas as comarcas do interior do estado.

Em entrevista exclusiva a **O Estado**, o presidente do TJMA falou das dificuldades para iniciar os projetos de reestruturação do Judiciário, principalmente pela falta de recurso. Como saída para este problema, Guerreiro Júnior garante que está conversando e negociando com bancos oficiais e privados para conseguir o financiamento necessário para a construção da sede do tribunal em São Luís e em Imperatriz, cujo valor total pode chegar a R\$ 350 milhões.

Guerreiro Júnior falou ainda da sua proposta de Parceria Público-Privada (PPP) que ainda aguarda definições no Supremo Tribunal Federal (STF) e do trabalho que vem sendo desenvolvido para garantir a segurança nos fóruns de São Luís e do interior.

Sobre a polêmica envolvendo o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre movimentações financeiras atípicas, cujos valores são de mais de R\$ 7 milhões, o desembargador-presidente disse não ver polêmica porque o documento indica somente os valores e não de onde vem a irregularidade ou quem possa ter cometido.

**O ESTADO** - O CNJ identificou movimentações atípicas no Tribunal de Justiça do Maranhão. Como o senhor analisa essa questão?

**Guerreiro Júnior** - Fiquei sabendo desse assunto por meio do blog do jornalista Itevaldo Júnior e depois pela minha assessoria. Agora, não vejo tanta polêmica na questão. Primeiro porque não cita nome nenhum. Dizem apenas os valores. Não dizem do que se trata, qual é a atipicidade, enfim, nada que eu possa tomar alguma providência, embora tenha pedido ao Coaf e ao CNJ que me esclareçam do que se trata, o que o Maranhão fez de errado, para que possamos tomar as providências.

**O ESTADO** - Essa documentação solicitada pelo senhor já chegou?

**Guerreiro Júnior** - Oficialmente, não chegou nada. Temos somente a cópia do relatório divulgado pelo jornalista Itevaldo Júnior.

**O ESTADO** - Desde o concurso dos notários, como determinou o CNJ, conflitos envolvendo os cartórios passaram a ser mais frequentes. Como sua gestão está trabalhando com essa situação?

**Guerreiro Júnior** - Não temos conflitos algum. Alguns cartórios estão com as vagas abertas. O que temos na verdade são alguns Mandados de Segurança contestando o critério de avaliação de títulos dos aprovados. Agora, isso está sendo averiguado. Fora isso, não temos percebido qualquer problema.

**O ESTADO** - Então, como classificar casos como o que ocorreu em São Mateus e São José de Ribamar, com supostas ameaças de morte aos serventuários?

**Guerreiro Júnior** - Isso é um caso pontual, isolado. É mais um fato policial do que jurisdicional. O tribunal apenas afastou os dois serventuários que respondiam pelos outros cartórios, a Alice Brito e o Luiz de França Belchior. Eles respondiam pelos cartórios porque ninguém quis assumir [na última quinta-feira, novos serventuários assumiram os cartórios].

**O ESTADO** - Como sua gestão lida com a questão da segurança dos magistrados principalmente no interior do estado?

**Guerreiro Júnior** - Estamos trabalhando nisso com muita responsabilidade. Estamos chamando mais oficiais da reserva e também da segurança privada para compor os pólos que foram constituídos recentemente. Não tivemos até agora qualquer queixa, exceto o caso de Santa Quitéria, que perdura. Ano passado, ainda como corregedor, eu fiz um trabalho de retirar drogas e armas que ficavam nos fóruns e isso amenizou muito os arrombamentos. Quanto a esses casos de ameaça a juízes, o que temos são casos em que o magistrado tomou alguma decisão que desagradou alguém referente a questão de terras, de imóveis, enfim.

**O ESTADO** - Em números, quantos foram assistidos por segurança privada ou pelos oficiais da reserva?

**Guerreiro Júnior** - No Maranhão, todos os fóruns estão monitorados. Já preparamos uma parte dos seguranças, e a outra ainda será treinada não somente para o fórum de São Luís, que

vai abrigar um grande número de policiais aqui na parte interna. Já na parte externa, vamos colocar segurança privada, pois recebemos denúncias de arrombamentos e roubos de veículos.

**O ESTADO - Como o senhor avalia o relatório do CNJ sobre estrutura do Poder Judiciário maranhense?**

**Guerreiro Júnior** - Esse relatório foi da última inspeção que o conselho fez. Realmente, foram identificados problemas na estrutura, falta de espaço no Fórum de São Luís. Não tínhamos um espaço adequado e disponibilizamos o que era chamado de capela, o espaço ecumênico do fórum. Fizemos o que foi possível adaptando o espaço às necessidades e tudo o que ele solicitou nós disponibilizamos. Quanto à questão de falta de funcionários, o relator do CNJ não falou nenhuma mentira. Realmente, não tínhamos corpo humano suficiente para disponibilizar ao CNJ, até mesmo porque o tribunal estava realizando várias correções do programa "Pauta Zero" na mesma época. Hoje, o que posso garantir é que tudo isso mudou bastante, porque o fórum entrou em reforma, estamos com 70% da obra concluída.

**O ESTADO - Como anda o processo para a construção da nova sede do Tribunal de Justiça?**

**Guerreiro Júnior** - Bastante complicado, porque não temos verbas no Orçamento e por isso não podemos iniciar o processo de licitação. Mas também não foi entregar as rédeas dessa questão.

Fui eleito com esse compromisso e estou brigando para conseguir o dinheiro. Estou indo atrás dos bancos, das empresas. O valor estimado para a construção do prédio em São Luís é algo em torno de R\$ 250 milhões e ainda tem o de Imperatriz, que chega a R\$ 100 milhões. Tenho que ter um espelho orçamentário para bancar essas obras. Somente com o nosso orçamento não temos como fazer.

**O ESTADO - Em relação às PPPs, como anda o processo?**

**Guerreiro Júnior** - Está parado. Dizem que até o fim deste mês volte à discussão. Eu acredito em Deus e sou devoto de Nossa Senhora de Fátima. Por isso, sei que é possível reverter o quadro que está agora. Dormi um dia com 14 votos a favor e um contra. Passados poucos dias, já estava 10 a um. São Paulo, por exemplo, já nos apoia sobre as PPPs. Estarei nesta semana em Brasília para explicar a importância dessas PPPs, porque se essa proposta é aceita, estamos com o problema do Judiciário resolvido.

**O ESTADO - A sua ida a Brasília na terça-feira inclui a visita à ministra Eliana Calmon? O que o senhor tratará com ela?**

**Guerreiro Júnior** - Estarei tanto com a ministra Eliana Calmon quanto com o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, e ainda com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Buscarei ajuda do Poder Judiciário do Maranhão. Estou com visita agendada também com os presidentes da Caixa Econômica Federal

[Jorge Hereda], Banco do Brasil [Aldemir Bendine], além dos dirigentes do Bradesco e Itaú. Empreenderei todos os esforços necessários a fim de conseguir o financiamento para iniciar as obras do judiciário no Maranhão. Isso tudo porque o Poder Judiciário não pode sobreviver apenas com os recursos que lhe são repassados. Sei que o Governo do Estado poderia fazer esse empréstimo para o Poder Judiciário, mas prefiro esgotar tudo aquilo que posso fazer. O empréstimo com o governo será minha última opção.

**O ESTADO - Além da construção dos fóruns, quais outras prioridades de sua gestão?**

**Guerreiro Júnior** - A virtualização do Poder Judiciário, a realização de concurso para o preenchimento de 35 vagas para juízes, além de concluir esse último concurso visando à realização de um novo para outras vagas. Teremos todas as comarcas com juízes.



Fotos/De Jesus



Guerreiro diz que tentará buscar recursos junto à Caixa ou Banco do Brasil para construir sede do TJMA

“

O caso dos cartórios é pontual, isolado. É mais um fato policial do que jurisdicional”



“

Não vejo tanta polêmica na questão do relatório do Coaf; primeiro, porque não cita nome nenhum, dizem apenas os valores. Não dizem, qual é a atipicidade”





## Roda Viva

Benedito Buzar

## CPI DE CAFETEIRA E CASTELO

**D**esde o segundo semestre do ano passado a opinião pública maranhense vem assistindo perplexa e confusa as idas e vindas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada na Assembleia Legislativa, para a apuração do destino dado a um convênio no valor de 75 milhões de reais, assinado em 2009 entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís.

Da instalação da CPI aos dias correntes, pululam questionamentos políticos e demandas judiciais com vistas aos trabalhos dos deputados, sempre surpreendidos com medidas jurídicas, interpostas pela municipalidade, que não vê com bons olhos as investigações parlamentares para elucidar o paradeiro dos recursos liberados para a construção de um elevado na Forquilha.

As ações judiciais são tantas e procrastinadoras, que fazem lembrar as peripécias ocorridas em 1966, época em que São Luís estava sob a administração do prefeito Epitácio Cafeteira, ele, que conseguira, graças a uma Proposta de Emenda Constitucional, apresentada no Congresso Nacional, em 1963, restituir a autonomia político-administrativa da capital do Maranhão, perdida nos idos de fevereiro de 1919.

Vejam, pois, os acontecimentos de 1966 e, focados neles, cotejar os atos e fatos vindos a lume na gestão de Cafeteira com os da administração de Castelo e que deram origem às Comissões Parlamentares de Inquéritos do passado e do presente.

Em junho de 1966, a Câmara Municipal, com base em irregularidades cometidas pelo prefeito Epitácio Cafeteira, decidiu criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurá-las.

O gestor da cidade, sem maioria na edilidade, não conseguiu torpedear a CPI por via parlamentar. Partiu, então, para embaraçar o funcionamento da

Comissão Parlamentar de Inquérito, usando o Poder Judiciário, ao qual foram encaminhadas, aos borbotões, ações e petições com o desiderato de travar os passos dos vereadores.

Enquanto as ações impetradas pelo prefeito objetivavam dificultar ou estancar as iniciativas dos vereadores, estes, por sua vez, tratavam de neutralizá-las por meio de recursos que assegurassem à CPI o direito de investigar os atos considerados lesivos à população de São Luís e praticados na administração de Cafeteira.

Além dessa batalha no campo judicial, que diariamente ganhava contornos especiais, o prefeito e os vereadores polarizavam as atenções da opinião pública com a troca de insultos e acusações veiculadas pela imprensa, que alimentava com desusado interesse esse tipo de confronto político e pessoal.

Sem que a CPI pudesse cumprir a finalidade para a qual foi criada, a Câmara Municipal tomou uma providência de natureza política: nos termos da Constituição estadual, requereu ao governador José Sarney, rompido política e pessoalmente com Cafeteira, a intervenção do Estado na prefeitura de São Luís.

Em revide, o prefeito ingressa na Justiça com um processo para cassar o mandato do vereador José Mário Ribeiro da Costa, líder daquele movimento, acusando-o de disputar o pleito sem se afastar do cargo que exercia no Ministério da Fazenda.

Para tumultuar mais a situação, a Câ-

mara convoca o vice-prefeito Waldemar Carvalho e investe-o no cargo de prefeito, fazendo São Luís ter dois gestores.

No propósito de defender o seu mandato e impedir o ingresso de Waldemar Carvalho no gabinete, Cafeteira usa um artifício que deixa os vereadores atônitos: muda-se de armas e bagagens para o prédio da prefeitura, onde cumpria a rotina burocrática e fazia as suas obrigações domésticas.

Com a paralisação dos serviços da prefeitura e a cidade desprovida dos trabalhos prestados à população, esta, continuava acompanhando a tramitação no Tribunal de Justiça de processos nos quais o prefeito e os vereadores esgrimiam os instrumentos que dispunham para fazer prevalecer os seus direitos.

Para não agravar a crise, o governador José Sarney, ainda que sob pressão dos interessados no desfecho da luta, sinalizava a intenção de não se envolver na questão e aguardava uma solução vinda do Poder Judiciário.

Sem a intervenção do Governo do Estado e uma definição judicial para resolver o impasse, Cafeteira chega à conclusão de que toda aquela confusão só acabaria se colocasse em prática a estratégia da conversação e do entendimento.

E foi o que fez. Aos poucos, os vereadores (nem todos) foram chamados para o diálogo e o prefeito convenceu-os da inutilidade da CPI e que a mesma poderia ser substituída por uma boa troca de favores, benesses e propinas.

**Além dessa batalha no campo judicial, que diariamente ganhava contornos especiais, o prefeito e os vereadores polarizavam atenções**

### **PPP I**

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Jr., encerrou nas nuvens sua participação na reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, sexta-feira, em Teresina.

Principalmente pelo apoio dado pelos presidentes ao projeto de Parceria Público-Privada (PPP) para o Judiciário.

O aval mais enfático partiu do presidente do TJ de São Paulo, desembargador Ivan Sartori: "Sou totalmente favorável à PPP".

### **PPP II**

O presidente Guerreiro Jr. justificou o projeto de PPP fazendo referência ao novo perfil econômico do Maranhão.

Assinalou que o Maranhão é hoje alvo de grandes investidores internacionais, o que permite ao TJ firmar parcerias para financiar projetos macros como da informatização e a construção da nova sede do Poder.

- O apoio do colégio traz novo alento para a PPP do Judiciário - comentou.



## **SALA DO ADVOGADO I**

\* O presidente da OAB/MA, Mário Macieira; a vice-presidente, Valéria Lauande; o secretário Geral, Carlos Couto; e o tesoureiro Valdênio Caminha, estiveram reunidos com o diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, o juiz Sebastião Bonfim, para solicitar a pronta entrega da Sala do Advogado do Fórum.

\* A solicitação foi atendida e desde terça-feira (24/01), a sala está funcionando, provisoriamente, onde antes estava o recinto reservado aos oficiais de justiça que deverão ser deslocado para outro cômodo, no corredor do Banco do Brasil.

## **SALA DO ADVOGADO II**

\* Antes da visita da Diretoria da OAB/MA ao diretor do Fórum do Calhau, Macieira havia encaminhado ofício ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Guerreiro Júnior, solicitando a entrega da Sala do Advogado.

\* No ofício, Macieira lembrou que o diretor do Fórum do Calhau, que na época da transferência era o juiz Raimundo José Barros de Sousa, encaminhou ofício à Seccional solicitando que, pelo prazo de 30 dias, para fins de continuidade dos serviços de construção e reforma do prédio, a Sala do Advogado fosse desocupada.

\* "Prontamente retiramos o mobiliário e os equipamentos do Fórum. Computadores, máquinas de copiadoras e demais móveis foram instalados temporariamente na sede da OAB/MA", relata no documento.

## **SALA DO ADVOGADO III**

\* A Sala do Advogado foi desativada no dia 14 de novembro do ano passado para ser entregue pela diretoria do Fórum do Calhau, após a inauguração do novo prédio, ocorrida no dia 12/12 de 2011.

\* "Ocorre que ultrapassado todo esse tempo, não só a sala não nos foi devolvida, como também foi ocupada pela Contadoria Judicial, ficando o fórum de São Luís desprovido de sala dos advogados", informa Mário Macieira.

\* O presidente da OAB/MA ressalta ainda que o art. 7º, § 4º da Lei 8.904/96, do Estatuto do Advogado, determina que o Poder Judiciário mantenha em todos os fóruns salas especiais permanentes para os advogados com uso e controle assegurados à OAB.

## **SALA DO ADVOGADO IV**

\* Após a confirmação do juiz Sebastião Bonfim de que seria providenciado um recinto provisório para abrigar a Sala dos Advogados, o presidente da OAB/MA lembrou que o magistrado tem um histórico de amizade com os advogados.

\* "E nossa solicitação é justa, pois quem mais precisa dessa sala é quem tem menos condições profissionais de trabalhar, casos dos advogados em início de carreira", destacou Mario Macieira.





■ TERRA

## EMPRESÁRIO AFIRMA QUE SOFRE COM FALSAS ACUSAÇÕES DE GRILAGEM

Acusado de participar da grilagem de lotes no Araçagi e tramar o assassinato de duas pessoas, o empresário Sérgio Damiani (foto) relata de forma exclusiva a **O Imparcial** os transtornos que viria enfrentado após as acusações feitas pela polícia. Ele nega todas, e diz que os lotes não estão na região da grilagem. URBANO 2 E 3

# Damiani nega grilagem

Empresário afirma que tudo foi um mal-entendido. As funcionárias presas devem ajuizar ação contra o estado do Maranhão por danos morais

AUGUSTO DO NASCIMENTO

“**H**oje só penso em me restabelecer espiritualmente. O resto vem por acréscimo”. Ao expressar o pensamento, o empresário do setor imobiliário Sérgio Damiani, proprietário da empresa Sollo Urbanizadora e Construtora, procura descrever os transtornos que vem enfrentado desde o início da semana passada, depois da repercussão de que duas pessoas ligadas a essa companhia tinham sido presas por policiais civis que investigam a ocorrência de golpes de grilagem de terrenos na região do Araçagi.

O incidente envolveu a administradora da empresa, Doracilde Ribeiro Pereira, e a corretora autônoma Silvana de Oliveira Freitas, que foram detidas na última terça-feira, para prestarem esclarecimentos na Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), após uma denúncia de que a imobiliária estaria tentando vender irregularmente um terreno no loteamento Parque Araçagi.

Além do próprio empresário, as mulheres envolvidas no caso e os familiares ficaram abalados com a divulgação da notícia. A equipe de reportagem de O Imparcial esteve na manhã de ontem na sede da em-

presa, para esclarecer as acusações de estelionato feitas pela polícia.

Logo que começou a relatar a experiência, a administradora teve de interromper a entrevista, e disse que naquele momento não se encontrava em condições psicológicas para recordar o que tinha vivido na terça-feira. “Nosso maior cuidado é preservar o compromisso com o cliente”, afirmou, inconformada com as acusações relacionadas ao seu trabalho, além da exposição de sua imagem nos meios de comunicação.

Segundo Damiani, gaúcho radicado no Maranhão, que há 22 anos atua no setor imobiliário, a operação policial ocorreu de forma exagerada, pois três viaturas com homens armados e encapuzados teriam abordado as mulheres no escritório da empresa, depois que uma equipe de investigação da Seic alegou ter encontrado uma placa de venda na propriedade de Denilson de Jesus Ferreira Azevedo, que não é cliente da Sollo. Denilson Azevedo é dono do lote de número 13 do empreendimento, vizinho a um terreno administrado pela imobiliária (lotes 14 e 15).

Sérgio Damiani acompanhou a equipe de reportagem ao loteamento Parque Araçagi, e mostrou a localiza-

ção dos lotes que causaram a denúncia. A área não possui demarcações de lotes. De acordo com o empresário, o serviço de topografia para delimitar a posição exata de cada terreno, assim como o levantamento de cercas ou muros, costuma ser realizado após o fechamento dos contratos de compras pelos clientes da Sollo. A falta de demarcações teria levado o dono do lote 13 a acreditar que a placa se encontrava na propriedade dele, e em consequência chamar a polícia. “Eles [os policiais] deveriam ter lacrado o local e chamado um topógrafo para comprovar a localização”, disse Sérgio Damiani.

O empresário, que em 2007 recebeu da Câmara Municipal de São Luís o título de cidadão ludovicenses, destacou que o loteamento se en-



**Hoje só penso em me restabelecer espiritualmente. O resto vem por acréscimo**

**Sérgio Damiani,**  
proprietário da  
empresa Sollo

contra, em uma área do Araçagi, que não corresponde à região onde vêm ocorrendo as investigações de casos de grilagem de terrenos. Por essa razão, apesar da prisão das mulheres, a polícia não chegou a apreender documentos ou computadores da imobiliária, que já teve como cliente o empresário Marggion Andrade, assassinado em outubro do ano passado. Segundo Damiani, a abertura de ruas e a urbanização dos empreendimentos foram feitas pela própria empresa Sollo. "Essa é uma missão minha, como empresário do ramo imobiliário e de urbanização", comentou.

Para o advogado de Sérgio Damiani, Humberto Teixeira, o que ocorreu foi um equívoco da comissão de investigação. Segundo ele, na ocasião do incidente, o empresário se encontrava em São José de Ribamar e estava incomunicável. Por causa de uma pane na operadora

que presta serviço de telefonia celular. Damiani não tomou conhecimento do que estava ocorrendo, e não pôde seguir de imediato à sede da Seic, no Bairro de Fátima, para prestar apoio às mulheres detidas. "Foram 22 anos de serviço colocados em xeque, por causa dessa denúncia", disse Humberto Teixeira, observando que, no depoimento ao delegado Carlos Alberto Damasceno, o denunciante informou ter acionado a polícia motivado pelas notícias divulgadas na imprensa, em relação às investigações de vendas irregulares de terrenos no Araçagi.

De acordo com Humberto Teixeira, a operação da polícia possibilita às mulheres ajuizarem uma ação, contra o estado do Maranhão, requerendo indenização por danos morais, por constrangimento e prisão, além da exposição na mídia como estelionatárias.

O tabelião do 1º Ofício Extrajudicial de São José de Ribamar, Clemilson Sousa Moura, informou que não tem conhecimento de qualquer irregularidade envolvendo os lotes dos empreendimentos imobiliários de Sérgio Damiani registrados naquele cartório. O notário disse que já prestou esclarecimentos a respeito dessa questão na Seic, assim como forneceu os documentos solicitados pela polícia "Não temos intenção de criar qualquer obstáculo ao trabalho de investigação", comentou Clemilson Moura.

Por telefone, o proprietário do lote 14, onde ocorreu o suposto engano de localização da placa de venda do terreno, o acupunturista Darci Braga, disse à reportagem que outros terrenos de sua propriedade, bem como de familiares, foram entregues aos cuidados da imobiliária de Damiani, e que todas as transações de venda até agora foram bem sucedidas.





KARLOS GEROMONTI/COMP. A. PRESS

#### ] PALAVRA DO ESPECIALISTA



Damiani mostra localização dos lotes que causaram a denúncia. Área não possui demarcações. Levantamento de cercas só é realizado após contratos fechados

“Do ponto de vista processual, não houve qualquer crime. A aplicação do artigo 171 do Código Penal requer que uma ação tenha sido cometida de forma ardilosa e sorrateira. Como falar em ardil se a placa estava ali para todo mundo ver? Não existiam documentos falsificados, proposta de venda, assinaturas ou contratos especificando o lote. Em suma, não existe nada que configure crime ou tentativa de estelionato.”

**HUMBERTO TEIXEIRA,**  
advogado

# Cadê meu terreno?

Venda ilegal de terrenos faz cada vez mais vítimas, que se surpreendem ao descobrir que lotes adquiridos têm outro proprietário registrado em cartório

SANDRA VIANA

**V**ocê comprou um terreno, pagou e quando vai procurar descobrir que o bem simplesmente não existe nos registros. Foi o que aconteceu com o analista de sistemas Ribamar Moura do Carmo, 37 anos. Ele indicou à sogra que adquirisse um lote no Alto Turu, bairro onde ele reside há muitos anos, com a intenção de trazê-la para mais perto da família. Para a compra do bem, a sogra se desfez de um terreno próprio, no município São Bento. Negócio fechado, com toda a documentação em mãos. Após dois anos, a sogra resolve ir ao terreno já com planos para fazer alguma melhoria. A surpresa veio ao saber que, no local indicado como endereço de seu lote de número 22, estava o lote 34. Ribamar procurou a imobiliária e o cartório solicitando documento que relatava a inexistência do lote, não obteve solução e denunciou o caso à polícia.

O analista de sistema está entre as mais de mil pessoas que foram vítimas de um golpe descoberto em outubro passado.

Segundo investigações da Secretaria Especial de Investigação Criminal (Seic), lotes no Araçagi foram vendidos a terceiros sem o consentimento dos donos. O caso veio à tona após o assassinato do empresário Marggion Lanyere, cujo corpo foi encontrado enterrado em seu próprio terreno, no mesmo bairro. O empresário havia relatado o

esquema à polícia quando descobrir que seu lote havia sido negociado a outras três pessoas. Os principais suspeitos de comandarem o esquema é o corretor Elias Orlando Nunes Filho e o vereador de Paço do Lumiar, Edson Arouche Junior, o 'Junior do Mojó'. Ambos estão com as prisões preventivas decretadas e são considerados foragidos da justiça.

Ribamar lembra a via crucis que travou para tentar, sem solução, resolver o problema. Ele procurou a Araçagi Administrações e Venda Ltda, onde a área foi negociada e o 1º Ofício de Notas de São José de Ribamar, onde o registro foi feito. Nem um, nem outro deram resposta à situação. Até hoje, Ribamar e sua família aguardam pelo terreno que compraram, à época, no valor de R\$ 7 mil. "Tenho confiança que a polícia vai conseguir prender essas pessoas e nos ajudar a recuperar nosso bem". Na tarde da última sexta-feira, Ribamar prestou depoimento ao delegado Damasceno. "Este é mais um caso que nos chamou atenção e vamos investigar a ligação com o que já estamos apurando e seu caso é mais um dos que estão sendo investigados. O delegado informou que irá ao cartório e à imobiliária citadas na denúncia.

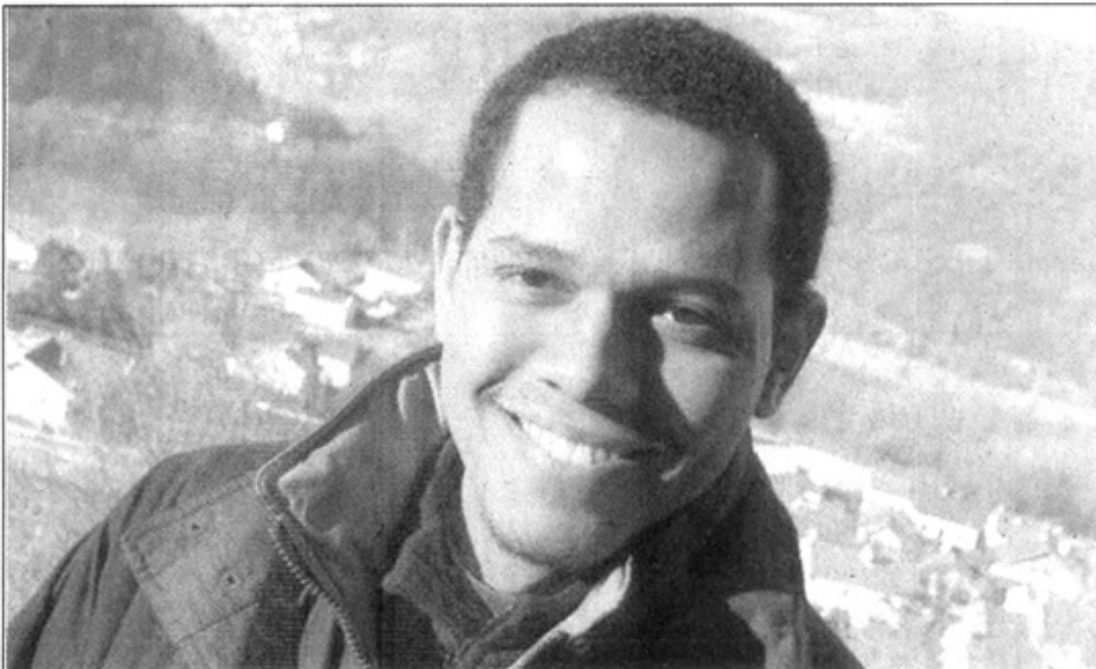
## Terreno vendido várias vezes

O tradutor e interprete Ulisses Bertoldo, 30 anos, foi surpreendido quando vizinhos ligaram avisando que

pessoas estavam em seu terreno fazendo melhorias. Bertoldo não mora em São Luís e apenas de dois em dois meses está na cidade. Com a notícia, ele tratou de murar todo o terreno. Uma das pessoas disse a ele ser dona da área há muitos anos e que possuía um recibo. No entanto, Bertoldo comprovou ter toda a documentação cabível que lhe fazia dono verdadeiro e orientou a pessoa a procurar a polícia para denunciar o golpe do qual foi vítima. Uma outra pessoa chegou a ameaçá-lo. "Um homem me disse que iria entrar no meu terreno com um trator e derrubar o muro. Ainda bem que nada foi feito e eu me resguardei denunciando à polícia", disse ele. Bertoldo disse temer ações de violência contra si e já tomou uma decisão: vai vender o terreno. "Eu quero construir lá, mas, se eu ver que não farei isso em tempo curto, vou me desfazer dele e investir em outra área menos visada, onde não haja risco de eu ser incomodado", ressaltou o tradutor. Quando comprou o terreno, há dois anos, localizado na Estrada da Maioba, Bertoldo gastou R\$ 20 mil. "Documentei tudo e me certifiquei do histórico da área, mesmo assim, ainda fui alvo de golpistas", conta. Hoje, a área é avaliada em R\$ 100 mil.



REPRODUÇÃO INTERNET/DIVULGAÇÃO



Vizinhos ligaram para Ulisses avisando que terreno adquirido por ele estava recebendo melhorias de outros proprietários



**Eu quero construir lá,  
mas, se eu ver que não  
farei isso em tempo  
curto, vou me desfazer  
dele e investir em outra  
área menos visada,  
onde não haja risco de  
eu ser incomodado**

***Ulisses Bertoldo,***  
*tradutor*

# O TERROR POR TRÁS DO LINCHAMENTO



**RAIMUNDO BORGES**  
DIRETOR DE REDAÇÃO DE O IMPARCIAL

Em agosto do ano passado, as imagens gravadas em celulares e postadas na Internet, mostrando o linchamento físico ao qual foi submetido o ex-ditador da Líbia, Muamar Kadafi, provocaram discussão no mundo todo sobre a prática primitiva e bárbara do justicamento, seja contra o chefe de estado, seja contra um ladrão de galinha. O poder ou a condição social do linchado não minimiza, nem atenua, essa forma de substituir a lei e a

Justiça por turbas furiosas e selvagens.

Sobre a morte do ditado líbio, o prêmio Nobel da paz, arcebispo anglicano emérito da cidade do Cabo, Desmond Tutu, herói da resistência pacífica, mas implacável ao regime racista do apartheid na África do Sul, foi direto: "Espero que um dia possamos nos redimir". É assustador ver as imagens de linchamentos que, com frequência, invadem os canais de comunicação da Internet. No caso do linchamento, semana passada, no conjunto Maiobão, região metropolitana de São Luís, de dois jovens que tentaram roubar uma bicicleta, as imagens são chocantes, aterrorizadoras e merecem ser objeto de discussão.

Eram dois jovens iguais e talvez até vizinhos de seus algozes linchadores. É indescritível como uma turba chega a tal limite de violência, na suposição de que estaria fazendo justiça com as mãos, paus, pedras e pés, como se fosse um julgamento insano e imediato de dois ladrões. Na verdade, eles nem chegaram a praticar o roubo. Até poderiam ser delinquentes, mas nada justifica a barbárie que eles sofreram até a morte.

Qual é o crime maior? Roubar uma bicicleta ou uma multidão se reunir para estraçalhar os supostos ladrões? Foram trucidados, massacrados e pisoteados em meio a uma algazarra infernal e um furor coletivo inacreditável, onde se misturavam jovens, crianças, adultos e velhos. Brutalidade seria o nome apropriado.

Quando a Polícia chegou, nada mais pôde fazer a não ser tentar, inutilmente, salvar um dos rapazes.

Linchagem, linchamento ou lei de Lynch é o assassinato praticado, normalmente, por uma multidão, sem procedimento judiciário legal e em detrimento dos direitos básicos de todo cidadão. Muitos autores atribuem a origem da palavra ao coronel Charles Lynch, que praticava o ato por volta de 1782, durante a guerra de independência dos Estados Unidos.

A lei de Lynch deu origem à palavra linchamento, em 1837, designando o desencadeamento do ódio racial contra os índios, principalmente na Nova Inglaterra, apesar das leis que os protegiam, bem como contra os negros perseguidos pelos "comitês de vigilância" que vieram dar origem ao Ku Klux Klan. No Sul, é a desconfiança da lei e a reivindicação de anarquia que favoreceram o desenvolvimento dos linchamentos.

Nos dias atuais, os linchamentos sugerem que há um arraigado sistema de valores subjacentes ao comportamento coletivo violento. E, ao mesmo tempo, uma combinação difícil entre tal sistema e os valores racionais da lei e da Justiça. Há uma dupla moral envolvida nessas ocorrências – a popular e a legal. Na verdade, esta última está sendo julgada por aquela. A legitimidade desta está em questão.

Os linchadores indicam que há violações insuportáveis de normas e valores, mesmo para um delinquente preso. Há vários casos de encarcerados que lincham companheiros de cela quando sobre eles pesa a acusação de estupro de crianças. Dentro da cadeia de Pinheiro e em Pedrinhas, há pouco menos de dois anos, essa prática bárbara ficou patenteada nos degolamentos, praticados entre criminosos, cuja justificativa até hoje nem a polícia, nem a Justiça, foram capazes de determinar.

A questão central é esta: por que a população lincha? A partir do conhecimento que se tem de diferentes motivações desse tipo de barbárie em diferentes lugares do país, a hipótese mais provável é a de que a população quer punir, mesmo que seja violando as mais elementares regras de conduta humana. O linchamento não é uma manifestação de desordem, mas de questionamento da desordem. Ao mesmo tempo, é questionamento do poder e das instituições que, justamente em nome da impessoalidade da lei, deveriam assegurar a manutenção dos valores e dos códigos legais.





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIARIO  
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA  
4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20  
(VINTE) DIAS**

PROCESSO Nº: 18827-23.2011.8.10.0001  
DENOMINAÇÃO: NOTIFICAÇÃO  
PARTE(S) REQUERENTE (S): OREGON INCORPORAÇÕES E  
CONSTRUÇÕES LTDA E OUTRO  
PARTE(S) REQUERIDA (S): ANTONIO LUIZ SILVA DE MELO

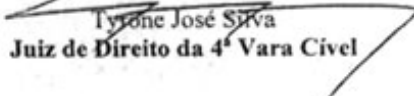
O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

**FINALIDADE**

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **ANTONIO LUIZ SILVA DE MELO**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

**ADVERTÊNCIA:** Fica advertida o suplicado de que, se não apresentar defesa no prazo legal, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, *ex vi* do art. 285 do Código de Processo Civil, sendo que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 31 de outubro de 2011

  
Tyrone José Silva  
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

**DISPUTA POLÍTICA**

# Prefeito de Araguanã é denunciado por tentativa de agressão e ameaça de morte

*Márcio Weba, filho do deputado estadual Hemetério Weba, é acusado de perseguir o carro do filho de um adversário político e ameaçar matar o rapaz, seu pai e o prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Sobrinho*

O prefeito do município maranhense de Araguanã (a 341 quilômetros de São Luís), Márcio Weba (DEM), foi denunciado na polícia e na Justiça por tentativa de agressão e ameaça de

morte a adversários políticos. As denúncias contra Márcio – que é filho do ex-prefeito de Nova Olinda do Maranhão e atual deputado estadual Hemetério Weba (PV) – foram formalizadas

pelo prefeito de Nova Olinda, Delmar Sobrinho (DEM); pelo presidente da Câmara do município, Milton Moreira (DEM); e por Leujhonne da Silva, 24 (filho de Milton). PÁGINA 5



**Márcio Weba: tentativa de agressão e ameaças registradas em BO**



## DISPUTA POLÍTICA

# Prefeito de Araganã é denunciado por tentativa de agressão e ameaça de morte

**Márcio Weba, filho do deputado estadual Hemetério Weba, é acusado de perseguir o carro do filho de um adversário político e ameaçar matar o rapaz, seu pai e o prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Sobrinho**

POR OSWALDO VIVIANI

O prefeito do município maranhense de Araganã (a 341 quilômetros de São Luís), Márcio Regino Mendonça Weba (DEM), de 35 anos, foi denunciado na polícia e na Justiça por tentativa de agressão e ameaça de morte a adversários políticos. As denúncias contra Márcio – que é filho do ex-prefeito de Nova Olinda do Maranhão e atual deputado estadual Hemetério Weba Filho (PV) – foram formalizadas na Delegacia de Polícia de Nova Olinda, no Tribunal de Justiça (TJ-MA) e ao juiz Rodrigo Costa Nina, da comarca de Santa Luzia do Paruá, da qual Nova Olinda é termo.

Os denunciadores são o prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Barros da Silveira Sobrinho (DEM), de 38 anos; o presidente da Câmara de Vereadores de Nova Olinda, Milton Moreira da Silva, o “Miltinho” (DEM), 51; e Leujhonne da Conceição da Silva, 24 (filho de Milton Moreira).

De acordo com eles, o prefeito Márcio Weba começou a procurar confusão com o filho do vereador Miltinho num clube de Nova Olinda, o Sport TV, no início da madrugada do domingo passado (22). Leujhonne declarou à polícia que, em determinado momento, sem nenhum motivo, o prefeito de Araganã atirou nele uma lata de cerveja e o atingiu com uma cusparada.

Leujhonne então, segundo seu depoimento, resolveu ir embora. Era mais ou menos 1h30, quando o rapaz saiu com seu carro, um Ford Ka preto, em companhia de um amigo, de nome Arnaldo, mas o prefeito Márcio Weba também deixou o clube, com seu tesoureiro, Marcelo Souza, e passou a perseguir Leujhonne numa caminhonete Frontier, da secretaria de Saúde de Araganã.

Descontrolado, Márcio Weba teria tentado fechar, por diversas vezes, o carro conduzido por Leujhonne. Este, temendo que o

prefeito de Araganã atentasse contra sua vida, já que “sempre anda armado”, segundo acusou Leujhonne, regressou ao clube Sport TV, onde a presença de várias pessoas poderia impedir uma agressão ou coisa pior por parte do prefeito.

No entanto, conforme Leujhonne contou à polícia, Márcio Weba continuou alterado ao chegar ao clube, logo após a chegada do jovem. “Ele partiu em minha direção, gritando: espera aí, moleque vagabundo, que eu vou te matar de uma pisa e depois vou matar aquele negro safado, preto vagabundo do teu pai, e também esse prefeitinho de merda do Delmar, porque quem manda em Nova Olinda sou eu e o meu pai [Hemetério Weba]”, disse Leujhonne.

O jovem afirmou que, protegido por amigos, não chegou a ser agredido fisicamente pelo prefeito Márcio Weba, mas este começou a desferir socos e chutes no Ford Ka que Leujhonne havia emprestado de um amigo, amassando todo o teto do veículo.

**Reincidente** - Segundo o vereador Milton Moreira, esta não é a primeira vez em que o prefeito Márcio Weba se envolve em confusão em Nova Olinda do Maranhão. Há alguns meses, ele teria ameaçado, num bar da cidade, “dar um tiro na cara” de um homem identificado como Claudio, só pelo fato de este ser amigo do prefeito de Nova Olinda, Delmar Sobrinho.

O mesmo Leujhonne já teria sofrido outra tentativa de agressão por parte de Márcio Weba e seus seguranças há dois meses, no bar Continental, também em Nova Olinda.

**Briga política** - Para o prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Sobrinho, a atitude agressiva de Márcio advém do fato de o grupo político de Delmar e Miltinho ter rompido, em meados do ano passado, com a família

Weba, que nas próximas eleições para a Prefeitura, em outubro, vai lançar como candidata a mulher de Hemetério Weba, Iracy.

Delmar – ex-genro de Hemetério – vai concorrer à reeleição, contra o grupo do deputado, que enfrenta na Justiça um processo de cassação de seu mandato por uso de propaganda oficial para autoenaltecimento.

**Outro lado** - O *Jornal Pequeno* falou, na manhã de ontem (28), por telefone, com o prefeito de Araganã, Márcio Weba, que negou todas as acusações contra ele. Segundo Weba, não houve nenhuma tentativa de agressão nem ameaça de morte.

“Só teve uma discussão, e eu tenho testemunhas. Eu disse para o rapaz [Leujhonne] procurar me respeitar, porque eu respeito as pessoas e ele não respeita ninguém, vive fazendo deboche. Eu não o persegui. Saf do clube no mesmo momento que ele para abastecer o carro, no posto Magnólia. Do mesmo modo, não fiz nenhuma declaração racista. É mentira que eu chamei o Miltinho do que eles [os denunciadores] estão dizendo, eu não faria isso. Quanto ao carro amassado, foram eles que amassaram. Eu só dei uma ‘mãozada’, com a mão aberta, no teto, nem deu pra amassar”, disse Márcio Weba ao *JP*.

O tesoureiro Marcelo Souza, por sua vez, afirmou ao *JP* que estava dormindo na Frontier e que não viu nada do que aconteceu nem participou da confusão. “Eu estava apagado. Depois me contaram o que ocorreu”. Marcelo afirmou, ainda, que os desentendimentos entre Márcio e Leujhonne acontecem porque o jovem ‘tem o costume’ de, por onde passa, ficar chamando Márcio de ‘prefeito vagabundo’.



  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**DELEGACIA GERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR**  
**1ª DELEGACIA REGIONAL**  
**DELEGACIA DE POLÍCIA DE NOVA OLINDA**



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

CERTIFICO a requerimento verbal da parte interessada, que reverdo o Livro de Registro de Ocorrências desta Delegacia de Polícia Civil, nele encontra-se registrado na folha nº 159 a Ocorrência de nº 242, datada de 22 de Janeiro de 2012, com o seguinte teor:

Às 2h e 20min do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e doze, na sala de audiência desta Delegacia de Polícia Civil onde se encontrava o Sr. CRISTY YAN PABLO SOARES BATISTA, policial de Plantão, compareceu o Sr. **LEUBONNE DA CONCEIÇÃO DA SILVA**, natural de São Luís - MA, nascido em 27/05/1987, filho de Nelson Moreira da Silva e Maria Lucia da Conceição da Silva, portador do RG-034834802006-2 SSP/MA, e CPF 028.957.093-00, residente e domiciliado na Rua das Flores nº 351, Centro deste município.

Comunicando QUE por volta de 1h e 20min do dia 22/01/2012, estava no clube "Bar Expona TV", localizado na avenida do comércio, quando o Sr. Márcio Weba pegou cerveja e cuspiu no seu corpo, e ao sair em seu veículo um Ford/KA ano 2009, cor preta, placa NMP-4042 MAV/NOVO-MA, foi perseguido por Márcio Weba, Marcelo e outros indivíduos que estavam em um veículo Fiat/Ford na cor branca, carro oficial (placa branca) do município de Araguaianã-MA, E QUE, após ser perseguido pelas ruas da cidade, retornou para o clube. E QUE, em seguida, o Márcio Weba chegou em seu veículo, e se dirigiu adiante com palavras de baixo calão, chamando a vítima de vagabundo, moleque, e ainda desferiu várias socos no tórax do veículo Ford/KA vindo a amassar. Comunicou ainda, que o acusado chamou Delmar Sobrinho de moleque, vagabundo, ladrão. E QUE, quando encontrasse com os senhores Delmar Sobrinho, Milton, Chicó e a Vítima em mãos dar uma surra de chicote, e poderia dar até morte. Comunicou ainda, que só não foi agredido fisicamente pelo Sr. Márcio Weba, porque o senhor Mi interveio. O fato foi registrado nessa Delegacia de Polícia Civil para as devidas providências.

**Márcio Weba: acusado de tentativa de agressão e ameaças; a denúncia foi registrada num BO**



### ■ Origem da crise (1)

A crise que domina a cúpula do Poder Judiciário tem sua origem em setores da magistratura que confundem autonomia com soberania.

Essa é a avaliação do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes, presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de 2008 a 2010 e um dos responsáveis pela forma como a instituição atua no momento.

“Imagino que alguns magistrados estejam fazendo essa confusão, de que os tribunais são entidades soberanas. Confundem autonomia com soberania”, disse Mendes em entrevista à Folha de S. Paulo.

### ■ Origem da crise (2)

O CNJ está no centro de uma crise no Judiciário devido à discussão a respeito do seu poder de investigação sobre os próprios magistrados.

Recentemente, dois ministros do STF atenderam a ações da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), entre outras entidades, e suspenderam investigações do conselho contra tribunais.

No começo do mês, a corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, apresentou relatório mostrando que magistrados e servidores movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações financeiras consideradas “atípicas” pelo Coaf, o órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda.

# Roseana Sarney deverá ser cassada

**RUBENS PEREIRA JUNIOR\***

Nos anais jurídicos tupiniquins, certamente, não se encontram tantas chincanas e manobras para se adiar uma simples audiência de inquirição de testemunhas. E ainda mais, de defesa!

Foi o que ocorreu esta semana, na carta de ordem vinda do Tribunal Superior, extraída do processo que pede a cassação do mandato de Roseana Sarney e seu vice, Washington Oliveira, por abuso de poder econômico e político, proposta pelo ex-governador José Reinaldo (RCED nº 809-TSE).

Tamanho desespero para adiar a audiência onde seriam ouvidas suas próprias testemunhas de defesa no dia 27 de janeiro último, mostra o pavor que a Oligarquia já sente da inevitável e iminente cassação do mandato da governadora Roseana Sarney por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2010.

Imagina se fossem as testemunhas de acusação?!  
O Rei já está quase nu!

Mas não critiquemos a postura dos esforçados colegas advogados que defendem Roseana em tentar desesperadamente adiar a audiência, pois a eles não cabe fazer outra coisa que não seja utilizar de expediente para tentar ganhar mais tempo, diante de uma acusação com farta e contundente prova documental de imenso abuso de poder econômico e político.

Conseguiram ganhar uns 10, 20 dias, no máximo, mas o julgamento final está próximo.

Como explicar que, em apenas três dias, os que antecederam sua convenção partidária, e neste dia, inclusive, em 24 de junho de 2010, a governadora Roseana Sarney tenha celebrado cerca de 750 convênios, num valor que beira R\$ 400 milhões? Como explicar que durante o primeiro semestre de 2010 a mesma governadora tenha gasto em convênios quase R\$ 1 bilhão? Como explicar que apenas no mês de junho, antes de sua convenção, Roseana Sarney tenha celebrado a inacreditável soma de 979 convênios com as mais diversas entidades? Como explicar a cooptação de prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias à custa de recursos de convênios? Como explicar que prefeitos de partidos de oposição, de uma hora para outra, após a liberação dos recursos dos convênios, tenham optado por apoiar Roseana Sarney na eleição? Como explicar que, tão logo os convênios eram assinados, os recursos eram liberados automaticamente?

Roseana chegou ao governo após conseguir a cassação do mandato do ex-governador Jackson Lago

por abuso de poder político e econômico decorrente de assinaturas de convênios do governo Zé Reinaldo. Nessa perspectiva, então, será razoável, justo, legal, que ela, no exercício do cargo (diferente de Jackson), se utilize deste mesmo expediente, só que em quantidade bem superior, e ainda assim permaneça impune?

A Ciência Jurídica diz que não.

Porém...

Apesar de o processo de cassação de Roseana Sarney conter provas inquestionáveis dos abusos, todos comprovados com documentos, sabemos que o julgamento não é puramente jurídico, técnico. Existe o lastimável, odioso e escravizante componente político que tudo fará nos calabouços do poder para que Roseana Sarney saia ileso, impune de seus crimes. E nisso eles são catedráticos.

Mas os tempos são outros. O Poder Judiciário já não está mais de joelhos para os coronéis. A governadora Roseana Sarney já enfrentou uma dura derrota, ao ser rejeitada pelo povo de seu estado, em 2006. Agora, deve enfrentar a mais dura de todas as derrotas, ao perceber que já não tem mais o poder de desmandar no Judiciário. Logo o TSE corrigirá o equívoco do TRE/MA, em adiar a audiência no processo de cassação.

Quando chegar o momento do julgamento final, o TSE se deparará com o histórico julgamento de 2009. A Oligarquia Sarney foi quem criou a jurisprudência no Tribunal Superior Eleitoral, ao conseguir cassar o governador Jackson Lago por abuso de poder político e econômico decorrente de recursos de convênios celebrados pelo ex-governador José Reinaldo.

Roseana sair ileso desse processo, quando ela própria era a governadora e colocou toda a estrutura da Administração Estadual para realizar convênios eleitorais em prol de sua reeleição, às vésperas de iniciar a campanha eleitoral, será a premiação da impunidade e da delinquência política; será a coroação da premissa de que apenas os inimigos da Oligarquia são punidos com os rigores da lei, e que a ela tudo é permitido para se perpetuar no poder.

Por isso, cabe à sociedade civil, aos movimentos sociais, à classe política democrática e progressista encampar a luta pela realização do julgamento desse processo de forma célere, imparcial e justa. E para isso é necessário e urgente que todos nos mobilizemos e superemos todas as diferenças.

**\*Advogado e deputado estadual do PC do B.**



## Magistrados apontam mensalão como pano de fundo da crise do Judiciário

Com os nervos à flor da pele, resultado da crise de credibilidade após revelações de movimentações financeiras atípicas de magistrados, a elite da toga, reunida até sexta-feira em Teresina (PI), apontou interesses de "emparedar" o Supremo Tribunal Federal exatamente no ano em que será julgado o maior escândalo da "era Lula".

O mensalão pode ser o pano de fundo da turbulência que atravessa a magistratura, desconfiam líderes da classe, doutos desembargadores e desembargadoras que presidem os 27 Tribunais de Justiça do país e que desde quinta-feira se reuniram para debater o "aprimoramento das atividades" do Poder que julga.

Sem citar explicitamente os nomes dos inimigos, magistrados acreditam que "alguns réus" do processo criminal que desafia o STF ou pessoas ligadas a eles estão à sombra de uma trama bem urdida para desestabilizar o Judiciário. Entre os 38 réus do mensalão, pontuam os magistrados, vários ainda têm força política aqui e ali.

"O Supremo está emparedado por pessoas que querem abalar os alicerces do Judiciário", brada Henrique Néelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a mais poderosa e influente entidade da toga, com 15 mil magistrados a ela agregados.

"Que processo o Supremo vai julgar proximamente? O mais importante de todos os processos", diz Calandra. "Alguns réus podem

estar por trás disso (dos ataques à toga). Que tem, tem. Eu não estou falando do Zé Dirceu (ex-ministro chefe da Casa Civil de Lula), ele foi meu colega da faculdade. Mas é estranhíssimo que no dia em que o ministro Joaquim Barbosa (relator do mensalão) passa o processo para Lewandowski aí vem essa onda toda, que ele (ministro Ricardo Lewandowski) levantou (pagamentos acumulados do TJ-SP). Acho que tem alguma coisa esquisita nisso tudo", sentencia Calandra.

O desembargador Marcus Faver, dirigente máximo do Colégio de Presidentes dos TJs, também faz suas conjecturas. "O Judiciário brasileiro está sofrendo um abalo nas suas estruturas. A quem interessa abalar as estruturas de um Poder constituído e que defende os princípios democráticos de um país?", indaga Faver, que foi presidente do Tribunal de Justiça do Rio e integrou a primeira composição do CNJ.

"Pode até ser gente de fora (do rol dos mensaleiros), não é? Mas ligada a esse grupo", conspira o presidente da AMB.

Ao fim do encontro, os magistrados endossaram, por unanimidade, carta em que manifestam a preocupação com a crise. Com apenas quatro itens, a carta manifesta "profunda preocupação com o momento vivido pelo Poder Judiciário em face da notória exposição negativa a que tem sido submetido em detrimento da democracia".

(O Estado de S. Paulo)

### ■ Força

Para o presidente do Conselho Permanente dos Tribunais de Justiça, o desembargador aposentado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Marcus Faver, juiz que vende sentenças “deve ser enforcado em praça pública”.

Faver disse a frase na reunião do Conselho Permanente, encerrada na sexta, em Teresina (PI). “É muito grave [a venda de sentenças], é gravíssimo. Se há isso, é crime, e o autor disso, me desculpe a expressão, se for um juiz, deve ser enforcado em praça pública”, declarou Faver.

Ele afirmou ainda que a ação do crime organizado no país hoje tem semelhança com o que ocorreu na Itália nos anos 80 e 90, quando havia infiltração criminoso em órgãos do governo. “Alguns juizes também podem, em vez de combater a máfia, ser a própria máfia”. *(Do blog do jornalista Itevaldo Júnior)*



**Sérgio Tamer**, que conheceu in loco a realidade europeia e empresta competência como secretário estadual de justiça e administração penitenciária, onde persegue a meta de ressocializar os detentos, comemora mais um passo decisivo .

**Agora com a parceria entre o TJ, Defensoria Pública e a secretaria, que possibilitará a capacitação profissional em mecânica de motos, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, de 30 egressos do sistema prisional e apenados do regime semiaberto.**

### ■ Ampliação (1)

Antes mesmo da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), prevista para daqui a 15 dias, para resolver o problema de superlotação e insalubridade em unidades do sistema penitenciário, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, já decidiu: vai determinar a ampliação do Centro de Triagem, em Pedrinhas, já a partir de amanhã (30). Os presos do CT, segundo o secretário, já foram transferidos para outro espaço.

### ■ Ampliação (2)

A assinatura do TAC foi decidida em reunião, na sexta (27), entre o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, e o secretário Tamer.

Além do Centro de Triagem, deverão ser implantadas medidas emergenciais no Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ).



# Ex-presidente do STF faz críticas aos magistrados

A crise que domina a cúpula do Poder Judiciário tem sua origem em setores da magistratura que confundem autonomia com soberania. Essa é a avaliação do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes, presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de 2008 a 2010 e um dos responsáveis pela forma como a instituição atua no momento. "Imagino que alguns magistrados estejam fazendo essa confusão, de que os tribunais são entidades soberanas. Confundem autonomia com soberania", disse Mendes.

O CNJ está no centro de uma crise no Judiciário devido à discussão a respeito do seu poder de investigação sobre os próprios magistrados.

Recentemente, dois ministros do STF atenderam a ações da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), entre outras entidades, e suspenderam investigações do conselho contra tribunais. As associações de juízes também entraram com representação na Procuradoria-Geral da República contra a corregedora do CNJ Eliana Calmon, para que seja investigada sua conduta na investigação sobre pagamentos atípicos a magistrados e servidores.

Para os juízes, a ministra quebrou o sigilo fiscal dos investi-



*Gilmar Mendes faz a defesa do Conselho Nacional de Justiça criticando juízes*

gados, ao pedir que os tribunais encaminhassem as declarações de imposto de renda dos juízes. No começo do mês, a corregedora do CNJ apresentou relatório mostrando que magistrados e servidores movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações financeiras consideradas "atípicas" pelo Coaf, o órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda. In-

tegrantes do CNJ também começaram a se mobilizar para reduzir os poderes que o presidente do STF.

## EM DEFESA DO CNJ

Presidentes e representantes de todos os Tribunais de Justiça do país divulgaram carta de apoio às decisões liminares do STF (Supremo Tribunal Federal) que limitaram o poder de investigação

do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Integrantes dos tribunais estão entre os alvos das investigações do conselho. "O STF é o guardião final. [...] A gente percebe que o Supremo está sendo pressionado. E, de certa maneira, é preciso dar apoio", afirmou o desembargador Marcus Antônio de Sousa Faver. Faver preside o Colégio Permanente de Pre-

sidentes de Tribunais de Justiça do Brasil e já comandou o TJ do Rio de Janeiro.

A carta foi divulgada sexta-feira em encontro com a presença de 19 presidentes de TJs, em Teresina. O documento afirma “irrestrita confiança no Supremo Tribunal Federal”.

O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, disse que o STF vem sofrendo com a “hostilidade” de um “movimento” que supostamente decorre “do caso do mensalão ou de divergências entre o CNJ e o STF”.

Ao ser questionado sobre quem teria interesse em hostilizar o STF, disse que se trata de pessoas interessadas “em criar

situação de caos” e “em enfraquecer o Judiciário”.

A carta aberta também se opõe aos poderes do CNJ de autorizar quebras de sigilo fiscal e bancário. Os magistrados pedem ainda mais verbas e autonomia para os Tribunais de Justiça. No mesmo encontro, a Associação dos Magistrados Brasileiros disse que irá pleitear isenção de impostos para a compra de carros blindados por parte de magistrados.

A associação afirmou que, em 2011, mais de 200 juizes foram ameaçados de morte, e, nos últimos 60 dias, ocorreram quatro ações graves contra magistrados.

## Superlotação de presídios pode ser solucionada

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) será assinado em 15 dias para sanear o problema de superlotação e insalubridade no Centro de Triagem, Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Central de Custódia de Preso de Justiça (CCPJ). A decisão foi tomada sexta-feira, 27, em reunião entre o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça, desembargador Fróz Sobrinho, e o secretário estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Sergio Tamer, “A situação é caótica, as condições insalubres dos presos nessas unidades prisionais afrontam a dignidade da pessoa humana, violando direitos fundamentais. O que queremos é o adequado funcionamento das mesmas, tendo em vista o cumprimento da Lei de Execuções Penais”, apontou o desembargador, durante a reunião, que contou com a presença do juiz da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), Fernando Mendonça, o defensor Público Alberto Bastos e pelo assessor jurídico Ariston Apoliano.

### PROBLEMA GRAVE

De acordo com a inspeção realizada na última quinta-feira, 26, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do TJMA constatou que o problema de superlotação no Centro de Triagem – para onde são encaminhados presos provisórios – é grave. Nas duas celas existentes na unidade – que têm com capacidade para 12 presos – estão confinados hoje 33 detentos.